

Governo vai ampliar gastos

■ Medida reforça apoio para votação de reformas durante recesso parlamentar

J. França – 11/10/99

MARCELO CORDEIRO

BRASÍLIA – O governo terá mais uma arma para conquistar o apoio de parlamentares nas votações das reformas que estão previstas para a convocação extraordinária, no início do ano que vem. Nos próximos dias, o Ministério do Orçamento e Gestão estará ampliando o limite de empenho e pagamento dos ministérios, o que vai fazer com que os órgãos públicos possam gastar um pouco mais no final do ano. Com a injeção de dinheiro na caixa, os ministérios poderão liberar as emendas de parlamentares que constam do orçamento deste ano, mas ainda não tinham sido empenhadas.

De acordo com o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, a meta do superávit primário estabelecida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi cumprida com folga e essa folga será repassada aos ministérios como aumento no limite de gastos. Tavares disse que o objetivo da liberação não é favorecer emendas parlamentares, mas recompor os recursos dos ministérios para fazer face a gastos aprovados no orçamento porém não executados por causa dos esforços feitos para cumprir as metas acertadas com o Fundo.

O orçamento da União é uma peça “autorizativa” segundo o ministro Martus Tavares, o que



Tavares diz que objetivo não é favorecer emendas de deputados

quer dizer que o governo recebe autorização para realizar a despesa mas não necessariamente precisa realizá-las. O ministro informou que o orçamento atualmente segue as despesas previstas dentro das limitações impostas pelas metas orçamentárias, o que faz

com que os gastos já sejam conhecidos e se evite a velha fórmula de promover gastos na boca do cofre. Com o aumento do limite para os gastos dos ministérios, poderão ser autorizados pagamentos que não estavam previstos ou empenhadas despesas que não

tenham sido incluídas na programação deste mês.

Votações – O governo tem como prioridades para aprovação na convocação extraordinária do Congresso Nacional, a lei de responsabilidade fiscal, o orçamento de 2000 e o PPA. Além disso espera que o Congresso aprove com urgência o projeto de desvinculação das receitas federais e a emenda dos inativos, que melhora as contas da previdência. A reforma tributária, que está na pauta de prioridades do governo, no entanto, tem sofrido atrasos por causa de novas propostas feitas pelo próprio Executivo.

Com relação ao orçamento de 2000, Martus Tavares acredita que o Congresso irá votá-lo até o final da convocação extraordinária. A lei prevê que se o orçamento não estiver aprovado até o início do ano fiscal, o governo só poderá gastar um duodécimo do total do orçamento do ano anterior, mas limitado a dois meses. Isso quer dizer que essa regra só vale até fevereiro, depois disso nada mais poderá ser pago pelo governo que não seja despesa de manutenção. Se o orçamento não estiver aprovado em março, o governo poderá pagar os salários, as amortizações de empréstimos internos e externos, a merenda escolar, os hospitais e todas as demais despesas de manutenção, mas não poderá pagar programas novos porque, nesse caso, eles não estão aprovados.